



Anais da Assembléia

N.º 125

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE OUTUBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 188ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Otássio Pereira.

Às 14,00 horas e registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quiel-se Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ivan Rüppel, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes e Francisco Escorsin (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 Srs. Deputados

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 183/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 299/76, Mensagem número 73/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de PARAÍSO DO NORTE, objetivando execução de obras de combate à erosão, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 07, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 183/76. Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 189ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1976

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Accioly Neto e Ivo Thomazoni.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpellini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quiel-se Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (35); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Ivan Rüppel, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos e Waldenício Barbalho (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. ARTURO ADREOLI, DD. Presidente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia Elétrica — solicitando a extensão de luz ao distrito de São Domingos, município de União de Vitória Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O problema que aflige os moradores daquele distrito é ocasionado pela falta de energia, a qual viria em muito beneficiar com seu atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Valter Pietrângelo, que o presente assina, requer após a aprovação do Plenário, o envio de expediente à SUNAMAM, reclamando providências para coibir os abusivos preços cobrados pelos proprietários de balsas, para travessia dos rios Paraná, Piquiri e outros.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Requerimento neste mesmo sentido, solicitando providências por parte da Secretaria dos Transportes foi aprovado por esta Assembléia em sessão plenária de 27 de junho do corrente ano.

Solicito, o engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, através de ofício, nos sugere que é de competência da SUNAMAM, fixar e autorizar um preço para o transporte de veículos, inclusive ônibus, em balsas sobre os rios, no território nacional.

Insistimos na péssima qualidade dos serviços prestados nas

travessias por balsas em nossos rios, na insegurança e nas taxas cobradas, verdadeiras extorsões à economia popular. Caracteriza-se a detenção de riquezas na mãos de uns poucos. É um flagrante desrespeito ao nosso motorista que, desalentado pelas contínuas elevações dos preços de derivados de petróleo, ainda sofre a espoliação perpetrada impune por inescrupulosos balseiros.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 115/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a retificar e revestir com pavimento asfáltico a estrada que liga os municípios de Guaraci, Santa Fé, Flórida, Atalaia e Nova Esperança.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1976.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Esta estrada interliga a região de Paranavaí com Londrina e São Paulo, beneficiando também, os municípios de Astorga e Jaguapitã.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — Eu declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 150/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 302/76, Mensagem número 76/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de NOVA LONDRINA, objetivando execução de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 151/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 306/76, Mensagem número 80/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 152/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 310/76, Mensagem número 84/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por

unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 179/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 286/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PONTA GROSSA, objetivando execução de reparos no prédio do CENTRO DE ARTES INDUSTRIAIS e do GRUPO ESCOLAR PROFESSOR COLARES. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 180/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 289/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de QUATIGUÁ, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e DELEGACIA DE POLÍCIA, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 182/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 292/76, Mensagem número 68/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de SANTO INÁCIO, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR DR. MA-NOEL FIRMINO DE ALMEIDA do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 65/76, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que concede pensão mensal na importância de um (01) salário mínimo, à senhora Tereza Soares. Pareceres favoráveis à transformação em requerimento de sugestão da CCJ., e favorável ao Projeto, da CF., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 90/76, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre as promoções por merecimento na carreira da Polícia Militar do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ., e CRH., por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Com a palavra para discutir, o nobre Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Maurício Fruet, através do Projeto 90/76, pretende dar novas normas sobre as promoções, por merecimento, na carreira da Polícia Militar do Estado do Paraná:

Diz o projeto, em seu artigo 1º: (1º):

“Os Cursos Básicos terão o caráter prioritário nas promoções por merecimento na carreira policial-militar do Estado do Paraná.

Parágrafo único — Consideram-se básicos para os efeitos citados neste artigo, os Cursos de:

- a) FORMAÇÃO;
- b) APERFEIÇOAMENTO;
- c) SUPERIOR DE POLÍCIA”.

E dá normas e procedimentos para alcançar os objetivos colimados.

Sr. Presidente, sabemos que a Corporação que é, hoje, comandada por Oficial Superior das Forças Armadas, tem toda uma legislação alta e cuidadosamente elaborada, capaz de assegurar, aos seus elementos, o direito à promoção por merecimento, ou antiguidade, sem ferir princípios e direitos daqueles que aspiram e têm direito, a promoções.

Por ser matéria complexa, esta Liderança procurou, junto

ao Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Paraná, colher subsídios que pudessem servir de base para orientá-la na condução da votação.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, os argumentos da Corporação, e com a responsabilidade de votar conscientemente a matéria, desejava fornecer aos Srs. Deputados os dados que levantei:

Inicialmente, devo dizer que tomamos referências nas Lei de Promoção de Oficiais (Lei número 5944, de 21 de maio de 69); e Lei de Promoções de Praças (Lei número 5940, de 08/05/69) e com o Quadro Comparativo que se baseou o Projeto 90/76.

Convém salientar que as promoções de Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná são reguladas por essas Leis.

As promoções da Polícia Militar obedecem a dois princípios por mim citados: antiguidade e merecimento.

Nas promoções pelo princípio de merecimento, são considerados os seguintes fatores: (lê):

- “1) Tempo de Serviço;
- 2) Medalhas e Condecorações;
- 3) Cursos (Superior de Polícia, Aperfeiçoamento, Especialização, Universitário);
- 4) Publicação de obra ou trabalho realizado;
- 5) Ferimentos em serviço;
- 6) Punições disciplinares;
- 7) Penas Criminais;
- 8) Falta de aproveitamento em cursos oficiais;
- 9) Mérito atribuído ao oficial ou praça pelas Comissões na Promoção de Oficiais ou de Praças de Pré, respectivamente”.

A PROMOÇÃO por merecimento nos termos da legislação em vigor, far-se-á pela soma dos pontos computados em seus assentamentos.

O Projeto de Lei número 90/76, propõe como requisito prioritário para promoção por merecimento, que terá precedência o oficial ou praça, melhor classificado nos Cursos Superior de Polícia, de Aperfeiçoamento e de Formação.”

Isto posto, Sr. Presidente, colhemos junto ao Estado Maior da Polícia Militar do Estado os seguintes dados, que nos levaram a emitir este parecer.

“Primeiro, o projeto de lei contraria frontalmente os critérios estabelecidos pela Lei número 5944, de 21 de maio de 1969, pois considera como meritório apenas o fato do oficial ou praça ter obtido a melhor classificação no curso.

A propósito, seria de se perguntar: e aquele que classificou-se em colocação mais inferior, não teria adquirido conhecimentos e condições de bem desempenhar as funções para as quais fora treinado?

Afinal, os cursos são projetados e executados para formar, aperfeiçoar ou especializar apenas os primeiros colocados, ou se destinam a condicionar todos os participantes?

Em segundo lugar, com base neste projeto, bastaria que um oficial tivesse se classificado em 1º lugar no Curso de Formação correspondente, para garantir seu livre acesso até o posto de Capitão, sem enfrentar qualquer competição.

Seguindo esta linha de raciocínio este oficial teria assegurado o seu acesso aos últimos postos sem outra preocupação que não fosse a de concluir os demais cursos considerados básicos em 1º lugar.

Deve-se ressaltar por outro lado que, de acordo com a legislação em vigor os cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização já são valorizados conforme sua importância, tempo de duração e aplicabilidade na Corporação, sendo computados os pontos correspondentes como os decorrentes aos demais critérios previstos e que logicamente não poderiam ser esquecidos, como jamais o foram por essa corporação”.

Isto posto, considerando os aspectos analisados, propomos

ao colendo Plenário que se vote contrariamente ao projeto em referência, porque acreditamos que estará esclarecido o Plenário a respeito do critério que disciplina as promoções dentro da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Por esta razão, mesmo louvando a iniciativa do eminente Deputado Maurício Fruet, votaremos contrariamente à matéria. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 184/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 301/76, Mensagem número 75/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de ALTO PARANÁ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 185/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 305/76, Mensagem número 79/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de UNIFLOR, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 186/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 311/76, Mensagem número 85/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de COLORADO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 188/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 317/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de APUCARANA, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR ALBERTO SANTOS DUMONT, do referido Município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 189/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 318/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de ASTORGA, objetivando reparos em próprios estaduais daquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 190/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 319/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Balsa Nova, objetivando reparos nos prédios que especifica, localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 192/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 325/76, Mensagem número 90/76, do Poder Executivo,

que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de PATO BRANCO, objetivando reparos no prédio onde funciona o GRUPO ESCOLAR PROFESSOR AGOSTINHO PEREIRA, do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 192/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PATO BRANCO, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Professor Agostinho Pereira, do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 325/76

A presente Proposição número 325/76, oriunda da Mensagem Governamental número 90/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de PATO BRANCO, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 194/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 188/76, Mensagem número 39/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e o município de SIQUEIRA CAMPOS, objetivando execução de melhorias no prédio do GINÁSIO ESTADUAL da sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 194/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 17 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Siqueira Campos, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 118/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 39/76, de 16 de março de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado em 17 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de Siqueira Campos, objetivando a execução de melhorias no prédio do Ginásio Estadual da sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 195/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 191/76, Mensagem número 51/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná EMOPAR, com o município de FÊNIX, objetivando construção de prédio destinado a DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, no referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução nº 195/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 12 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 28/12/73, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com o município de Fênix, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 191/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 51/76, de 31 de maio de 1976, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 12 de abril de 1976, ao Convênio celebrado em 28/12/73, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e Empresa de Obras Públicas do Paraná — EMOPAR, com o município de Fênix, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do

Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 25 de agosto de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente à SUNAMAM, reclamando providências para coibir os abusivos preços cobrados pelos proprietários de balsas, para travessia dos rios Paraná, Piquiri e outros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que determine a extensão de luz ao distrito de São Domingos, município de União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo “Quem responde pelo Turismo em Guaíra”, publicado no “Jornal dos Municípios”. — Encerrada a discussão. — **Aprovado.**

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Vai ser procedida a verificação de votação, requerida pelo Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram se conservar sentados. 3 Srs. Deputados aprovam e 9 rejeitam.

Não há quorum para a votação e nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 07, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 184, 185, 186, 188, 189, 190/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 192, 194, 195/76.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 196, 197, 198/76.

Marcando ainda uma sessão para sexta-feira, dia 08, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA,

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131/76.

Levanta-se a sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 544/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8610, de 04 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a ELIAS PEREIRA, matrícula número 417, ocupante

do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1976, a partir de 01 de outubro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA Nº 545/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8598, de 01 de outubro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 522/76, de 22 de setembro de 1976, que concedeu férias à funcionária LEONILDA BITTENCOURT, matrícula número 287, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 01 de outubro de 1976, por absoluta necessidade de serviço.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA N.º 537/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8434, de 28 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria número 01/76, ao funcionário HILÁRIO FREGONEZE, matrícula número 026, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 538/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8541, de 29 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE.

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

GENIR DOS SANTOS FERNANDES — Mat. 199

ASG — PL “15”

JACYRA MACHADO BINI — Mat. 208 — ASG — PL “16”

FLORIPES ALVES BOCHI — Mat. 197 — ASG — PL “15”

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 539/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8543, de 29 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transderir para época oportuna, as férias concedidas pela Porta-

ria 01/76, ao funcionário LUCIANO ANTONIO BITTEN-COURT, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 540/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8548, de 29 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário JOSÉ CARLOS PEREIRA, matrícula número 180, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Ad-

ministrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1976

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

PORTARIA N.º 541/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 8544, de 29 de setembro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria número 530/76, de 29 de setembro de 1976, que concedeu trinta dias de férias ao funcionário HUGO GABARDO, matrícula número 527, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de outubro de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral